



A “União dos Estudantes Secundaristas do Amapá” e apoio ao golpe militar de 1964

The “Amapá Union of Secondary Students” and their support for the military coup of 1964

 **Marcella Vieira Viana**
Universidade de Brasília - Brasil
Brasil, Brasília
marcellamv@gmail.com

RESUMO

O presente artigo visa analisar a atuação da União dos Estudantes Secundaristas do Amapá, durante a ditadura civil-militar no Brasil, em específico, como se deu a deliberação de apoio da entidade ao golpe. Para tanto, foi necessário analisar as peculiaridades da recepção do regime autoritário no então Território Federal do Amapá, o Movimento Estudantil de forma ampla, os aspectos constitutivos da União dos Estudantes Secundaristas do Amapá, suas divisões e seu desenvolvimento diante do golpe. O objetivo com isso, foi traçar as correspondências existentes entre esses aspectos e as ações de apoio que se sucederam em nome da entidade. O artigo baseou-se em fontes bibliográficas sobre o tema e em depoimentos cedidos pela Comissão Estadual da Verdade do Amapá, disponibilizados durante a construção do relatório publicado no ano de 2017. Dentre os resultados, foi possível visualizar que a atuação da União dos Estudantes Secundaristas do Amapá foi bem mais do que um apoio ao regime militar, mas fora heterogênea, e teve sua trajetória ligada a características do território, ao poder, ao regionalismo, às classes e muitos outros aspectos que influenciaram a tomada de decisões de grupos dentro da entidade.

Palavras-chave: Amapá; Ditadura Militar; Movimento Estudantil.

ABSTRACT

This article aims to analyze the performance of the Amapá Union of Secondary Students during the civil-military dictatorship in Brazil, specifically, how the deliberation of support of the entity to the coup took place. For that, it was necessary to analyze the peculiarities of the reception of the authoritarian regime in the then Federal Territory of Amapá, the Student Movement in a broad way, the constitutive aspects of the Amapá Union of Secondary Students, its divisions and its development in the face of the coup. The objective was to trace the correspondence between these aspects and the support actions that followed on behalf of the entity. The article was based on bibliographic sources on the subject and on testimonials provided by the Amapá State Truth Commission, which were made available during the construction of the report published in 2017. Among the results, it was possible to visualize that Amapá Union of Secondary Students performance was much more than a support to the military regime, but it had been heterogeneous and had its trajectory linked to characteristics of the territory, power, regionalism, classes and many other aspects that influenced the decision making of groups within the entity.

Keywords: Amapá; Military Dictatorship; Student Movement

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo tem o objetivo de analisar como se deu a deliberação de apoio ao regime civil-militar por parte de estudantes ligados à União dos Estudantes Secundaristas do Amapá (UECSA). Além disso, busca-se analisar a heterogeneidade presente na entidade e nas ações acerca do regime, levando em consideração sua constituição, o regionalismo e as peculiaridades relacionadas às características de Território Federal.

A história do Brasil é marcada pelo papel desempenhado pelos estudantes em lutas políticas e sociais em diversos sentidos (Arns, 1996, p. 131), e o período da ditadura militar não foi diferente. O movimento Estudantil foi responsável por muitas ações de protesto em oposição ao regime e teve apoio de partidos e organizações políticas (Santos, 2009, p. 101).

No Amapá, na época Território Federal¹, a situação não destoou completamente. O ME foi responsável por muitas ações de resistência, recebeu apoio de partidos e organizações sindicais e atuou na clandestinidade (CEV, Amapá, 2017, p. 28). Todavia, uma das peculiaridades que podemos destacar é o apoio deliberado da principal entidade estudantil organizada do território, a União dos Estudantes do Curso Secundarista do Amapá (UECSA) ao golpe militar de 1964.

A UECSA, junto com o Governo Territorial, chegou a promover uma “Cruzada Cívica de Esclarecimento da Juventude” (Rodrigues, 2009) que contou com a participação de Rubens Loureiros e Sérgio Santacróssi, dois estudantes universitários da Universidade de São Paulo (USP). Os dois foram ao Cine Territorial, onde palestraram aos estudantes:

[...] com demonstrações de materiais de propaganda socialista apreendida no Sul do país, documentos comprobatórios de corrupção em instituições federais do governo deposto e apelos veementes aos estudantes locais para a adesão incondicional à ordem política imposta (Santos, 1998, p. 164).

A importância da UECSA para o cenário estudantil era conhecido e é relatado em diversos estudos, inclusive, de acordo Rodrigues (2009), a história do movimento estudantil no Amapá se confunde com a União dos Estudantes dos Cursos Secundários do Amapá (UECSA) pela sua frequente interligação. A entidade foi criada em 09 de julho de 1950, e exerceu durante anos um papel determinante na atuação do movimento secundarista estudantil amapaense e na representatividade junto ao movimento regional e nacional (Silva, 2017, p. 215).

De acordo com Silva (2017), durante boa parte de sua existência, a UECSA apresentou postura conservadora. Essa característica, por sua vez, tem fortes correspondências com o governo territorial, que desde a fundação tinha uma cultura autoritária e de subordinação em relação às autoridades nacionais. Isso se dava em razão, por exemplo, da tentativa constante da elite amapaense de se sustentar como tal. O governo federal não dispensava muita atenção ao território por fatores como a distância, o “desligamento” territorial por terra com o restante do país, dentre outros. Para conseguir manter o poder e o status quo, a elite dominante estava sempre em posição de subserviência ao poder nacional (Santos, 2001, p. 37).

Além disso, a constituição dos estudantes que compunham a UECSA, a ausência de uma instituição de ensino superior no território, a presença maciça de filhos e filhas de funcionários públicos (CEV, Amapá, p. 30) também foram fatores determinantes do apoio da entidade ao golpe de 64.

2. METODOLOGIA

Para efeitos de desenvolvimento do trabalho, recorreu-se, de forma prioritária, a um estudo qualitativo, que envolveu revisão da literatura e análise das oitivas cedidas pela Comissão Estadual da Verdade do Amapá (CEV-AP), à luz da História Oral. A revisão de literatura deu-se como forma de buscar balizar e/ou explicar o problema em questão utilizando como base referências teóricas publicadas acerca do tema,

¹ Os Territórios Federais foram mecanismos adotados pelo Governo Central brasileiro para estimular a ocupação de áreas de reduzida densidade demográfica, administrar sua potencialidade natural e garantir o domínio da região fronteiriça nacional (Porto, 1999, p. 1).

tendo em vista que essa revisão é “uma modalidade de estudo e análise de documentos de domínio científico tais como livros, periódicos, enciclopédias, ensaios críticos, dicionários e artigos científicos” (Oliveira, 2007).

A análise das oitavas, por sua vez, deu-se sob a luz da História Oral, sob o entendimento de que se trata de “um espaço de contato e influência interdisciplinares; sociais, em escalas e níveis locais e regionais; com ênfase nos fenômenos e eventos que permitam, através da oralidade, oferecer interpretações qualitativas de processos histórico-sociais” (Lozano, 2006, p. 16). Diante da escassez de trabalhos específicos sobre a entidade estudantil em questão, utilizando essa metodologia busca-se, de toda forma, reverberar as vozes dos atores entrevistados pela CEV-AP.

3. DESENVOLVIMENTO TEXTUAL

3.1 O apoio sistemático

O movimento estudantil no Amapá, como qualquer movimento em âmbito regional, tinha suas peculiaridades quando em comparação com o movimento no restante do país. Seja por seu posicionamento geográfico ‘isolado’, pela ausência de instituições de ensino superior ou pela sua população numericamente pequena, que dificultava o anonimato em especial em situações como o golpe militar, o movimento estudantil do Território Federal do Amapá (TFA) da época tinha características que não se conectavam totalmente com alguns estudos “genéricos” acerca do movimento em âmbito nacional.

A exemplo, análises como a de Artur Poerner, no livro *Poder Jovem* (1979), que enfatiza, sobretudo, formas radicais de participação estudantil, ao mencionar, por exemplo, que “o estudante brasileiro é um opositor nato” (Poerner, 1995, p. 32 e p. 41), ou ainda, a de Luis Bresser Pereira, que diz que “os estudantes em revolta são todos basicamente socialistas, em todos os países do mundo” (Bresser Pereira, 1979, p. 115), são visões que não se encaixam na atuação que o Movimento Estudantil desempenhou naquele momento no Amapá.

Os estudantes do TFA tinham suas próprias pautas e suas próprias convenções. O movimento era restrito à educação básica e tinha uma maciça participação de filhos e filhas de funcionários públicos, além de terem acesso facilitado e contínuo às intensas propagandas do governo nas escolas. Desde a sua criação, a UECSA, inclusive, recebeu investidas diretas para ser alinhada ao governo territorial (Secretaria do Estado da Comunicação 2017, p. 30).

O ME no TFA se organizava através de grupos independentes, grêmios, organizações e dissidências que tinham um perfil de atuação não muito difícil de ser traçado. De acordo com a historiadora Maura Leal da Silva (Secretaria do Estado da Comunicação, 2017, p. 28)

O que se seguiu ao golpe civil-militar com relação ao destino que o Amapá deveria tomar nesse novo cenário nacional, foi o de afirmação de um modelo de desenvolvimento econômico de exploração para a região muito mais agressivo e dependente, que tentou vender a ideia de que era algo novo e o caminho mais próspero para a conquista da autonomia política, que a passou a crescer, juntamente, com a juventude amapaense em formação, e com seu engajamento político, social e cultural. Vão ser esses jovens que, de certo modo, canalizarão para si a responsabilidade de debater os problemas do Amapá, não só os decorrentes do autoritarismo promovido pelo regime ditatorial, mas os de sua condição territorial. Esse crescimento dos movimentos sociais, políticos e culturais, organizados em grande maioria por essa juventude “amapaense” distante em muitos aspectos do padrão nacional comumente estudado, sobretudo, nas principais capitais do país, também sentiu o pulsar e a agitação das ruas, seja em torno de organizações classistas e partidárias ou simplesmente em espaços que suscitavam a crítica social ao regime através da criatividade musical e literária. (Silva, 2017, p. 185)

Essas movimentações de resistência foram frequentes no TFA durante a ditadura, inclusive em relação as estudantes. A autora faz questão de destacar os locais de organização dessa juventude e ao

incluir “simplesmente espaços que suscitavam a crítica social” faz referência a espaços como as igrejas católicas que apoiaram e fomentaram determinados grupos e aos bares, que serviram de ponto de encontro para organizações clandestinas como o “Clã do Laguinho” (CEV/AP, 2017). De fato, o TFA também sentiu o pulsar e agitação das ruas, mas não foi unânime.

Era, no entanto, como ainda o é, “impossível atribuir à participação do estudante um caráter genérico e imutável, conferindo-lhe conteúdos e objetivos permanentes” (Martins Filhos, 1987, p. 17). A UECSA, institucionalmente, optou por se posicionar a favor do golpe indo na contramão do que se esperava dos movimentos que carregavam essa “agitação das ruas” contra o golpe militar. O levantamento de depoimentos de estudantes que faziam parte da instituição aliado à análise de bibliografias que contam sobre essa atuação, nos auxiliam na compreensão desse paradoxo.

3.2 Entre apoios e resistências

A ausência de um arquivo público no estado, aliado à destruição deliberada de documentações do período, fizeram da história do Amapá durante a ditadura militar uma história repleta de lacunas disponíveis a serem preenchidas por pesquisas e amplamente aberta à utilização de diversas fontes (Viana, 2016, p. 9).

Em 2017, foi concluído, entregue e apresentado à população o Relatório da Comissão Estadual da Verdade do Amapá, que recebeu o nome de Francisco das Chagas Bezerra. Integrando este relatório, há diversos relatos que foram colhidos pelos profissionais que realizaram a pesquisa. Depoimentos orais, fotografias, documentos pessoais dos participantes diretos dos acontecimentos (Secretaria do Estado da Comunicação, 2017).

É importante, sobretudo, determinar a importância e a relevância histórica dessas documentações:

O Brasil foi o último país latino-americano a instaurar uma comissão da verdade e o governo brasileiro precisou de quase 50 anos para iniciar efetivamente esse mecanismo de justiça de transição (dito suprapartidário) de rever e problematizar a sua história e as suas memórias no que diz respeito às violações dos direitos humanos no período da sua ditadura civil-militar. Distinto, por ter um caráter tardio (Dias, 2013), esse movimento, no Brasil, buscou esclarecer os casos de morte, de torturas, de desaparecimentos forçados e de ocultação de cadáveres, identificando e tornando públicos os locais, as estruturas, as instituições, as empresas e as circunstâncias relacionadas a essas práticas (Costa, A. S. M. & de Costa Silva, M. A., 2016, p. 165)

Os relatórios dessas comissões surgem, por esses e outros motivos, como importantes fontes para pesquisas acerca do período. Por ter aparato institucional, foram capazes de ter acesso a documentações que nós pesquisadores não tivemos. Esse resgate e essa chance de revisitar a história é fundamental para o processo democrático do país. Por abarcar todos (ou pelo menos tentar) os espaços, movimentos, instituições, os relatórios enriquecem a pesquisa historiográfica. Assim foi no Amapá, com o Movimento Estudantil.

O Movimento Estudantil e em especial a UESCA, foram bastante contemplados com as investigações. Um dos entrevistados pela CEV-AP Nestlerino dos Santos Valente, narrou à comissão a heterogeneidade existente dentro da entidade:

Eu fui presidente do Grêmio Rui Barbosa, concorri a presidência da UECSA, aonde eu perdi as eleições, mas a época no Colégio Amapaense tinha algumas figuras que gosto de lembrar e me dá até uma crise de risos, eram pessoas que eu respeitava muito como: José Ribeiro que era um guarda territorial envolvido em um processo de política estudantil, Messias Tavares, Isnard Lima, José Figueiredo de Souza (Savino), Raimundo de Souza de Oliveira, o irmão dele,

Francisco de Souza de Oliveira [...], e tantos outros nomes importantes da política estudantil, só que se dividiam em duas correntes: uma dos “subversivos” comunistas e a outra daqueles que faziam apenas a política estudantil, uma espécie de atividade social para congregar a classe estudantil para participar desses movimentos sociais todos, menos o político, e a gente participava de um grupo mais político, mais politizado (Nestlerino dos Santos Valente. Depoimento cedido a CEV/AP, em 28 de agosto de 2014).

Os subversivos citados por Nestlerino eram todos aqueles alunos que de alguma forma se manifestavam contra o regime militar ou aparentavam ser contra. Havia professores, por exemplo, que definiam quem era os alunos “subversivos” pelos cabelos compridos e pela barba crescida (CEV/AP, 2017, p. 33). Nestlerino fazia parte desse grupo que, juntamente com outros jovens, organizavam atos artísticos e sociais contra o regime militar. Os que ele menciona fazerem “atividades sociais” eram os estudantes que não estavam incomodados com a situação, era a corrente que estava alinhada ao governo territorial e apoiou o golpe militar. (CEV/AP, 2017)

Durante a primeira manifestação de apoio da UECSA ao golpe, os estudantes da USP Rubens Loureiros e Sérgio Santacróssi levaram aos estudantes que apoiavam o regime, um pouco do que se fomentava no eixo sudeste do país, nos dando uma noção do tipo de discurso seguido pela ala que, outrora optava em não resistir e outrora ia além e manifestava apoio.

[...] mostrou, também, Rubens Loureiro, entre outras cartas, algumas no original e outras em fotocópia, uma vinda de Pequim, centro irradiante do comunismo chinês, para o Sr. Leonel Brizzolla, comunicando-lhe a remessa de dinheiro e estabelecendo normas e diretrizes para sua ação subversiva, notadamente com respeito aos perigosíssimos “Grupos de 11”, dos quais era Brizzolla, o chefe e cabeça pensante [...] (Jornal Amapá, 20/08/1964).

O discurso reproduzido pelo Jornal do Amapá, o de maior circulação do território, ocorreu durante a “Cruzada Cívica de Esclarecimento da Juventude” organizada pelo Governo Territorial junto com a UECSA. Neste ano, 1964, a direção estava sob comando da ala que apoiava o governo territorial e, conseqüentemente, o golpe-militar (Randolfe, 2009). O discurso dos estudantes universitários tinha grande valor para os secundaristas amapaenses por vários motivos, entre eles, por serem de uma instituição de ensino superior, que não existia ainda no TFA e por eles trazerem “provas” desse “fantasma” do comunismo que, até ali, não era materializado para a juventude do TFA.

Pela sua já mencionada relação direta com o funcionalismo público por ter em sua constituição diversos estudantes filhos de servidores públicos que eram ligados aos governos federal e territorial, pode-se considerar, entre suas diversas características, que a atuação da UECSA no sentido de apoio também fora uma reprodução da hierarquia social, uma necessidade de continuidade do poder familiar. Os estudantes do TFA, que não tinham sequer uma universidade, também tinham anseios ligados ao profissionalismo antecipado por seus pais, tios, avós. São pontos que devem ser considerados, como mencionou Rossana Rossanda:

[a] especificidade de que se reveste, na organização capitalista do trabalho, a formação de uma força de trabalho destinada a ter um papel de reprodução da hierarquia social. É sob um aspecto de participante de um mecanismo de exploração e objeto de um mecanismo de proletarianização que se situa a natureza real do estudante (Rossanda, 1970, p. 216).

Além dessa característica constitutiva que foi muito presente no decorrer das manifestações de apoio, outra que vale destaque é a intensa propaganda e atuação do governo territorial dentro das es-

colas. Da direção às salas de aula através dos professores, os estudantes viviam sob intensa vigilância e repressão. Um dos entrevistados pela CEV/AP, o estudante Josias Nogueira Hagen Cardoso, foi enfático sobre essa metodologia utilizada pelo poder estabelecido:

Naquela época nossa atividade estudantil era um tanto restrita porque todos os estabelecimentos de ensino no Território eram de propriedade do governo, de modo que era difícil fazer uma campanha que não afetasse o governo. E você que estudava na escola do governo terminava se prejudicando [...] eu, o Nestlerino (Valente), o Aroldo Franco, Celso Saleh, Adelbaldo Andrade, Jair Farias, Messias Tavares, Alopércio Franco, uma série de estudantes abraçavam a política estudantil. Quando começamos, a gente era penalizado. Quando tomávamos alguma iniciativa ou medida que esbarrasse no governo, com certeza seríamos punidos (Josias Nogueira Hagen Cardoso. Depoimento cedido à CEV/AP, em 19 de setembro de 2014).

Na fala de Josias podemos notar como não se pode ignorar uma não atuação por medo das retaliações dentro das próprias escolas. As punições dadas aos estudantes ficavam, pelo tamanho do TFA, marcadas na vida dos estudantes envolvidos.

A exemplo, durante a vigência do Território Federal, o cargo de Diretor de Escola era considerado um cargo estratégico (Secretaria do Estado da Comunicação, 2017, p. 33) pela importância que a educação básica passou a ter na consolidação do plano territorial. Esse cargo era vinculado diretamente ao governador. Ou seja, a vigilância era constante e o canal dos diretores de escola aberto ao regime ditatorial. (CEV/AP, p. 33)

Outro depoente, Fernando Canto, também estudante da época, relatou como agia um dos professores:

O professor Mário Quirino disse-me que era agente do Serviço Nacional de Informações e mostrou-se brutal no tratamento a mim dispensado, o que gerou discussão, quase motivando minha expulsão do colégio, cogitada por ele, o que não aconteceu graças à intervenção da orientadora. Afinal, eu estudaria o último ano do curso de contabilidade (Canto, 1980.).

O Serviço Nacional de Informação (SNI), que tinha a função durante o regime militar e “coletar e analisar informações pertinentes à segurança nacional” (Fausto, 2013) e a essa altura já havia se transformado em um centro de poder na luta contra o “inimigo” da ditadura, era capaz de causar transtornos enormes a estudantes como Fernando Canto. Por todas as ligações do TFA com o governo federal do regime, até prisões eram temidas por eles.

Nota-se com o debate aqui estabelecido, que, pelo menos por parte da UECSA, o seu apoio foi sistemático. Havia relações de poder, medo, influências que iam além do âmbito estudantil.

Isso fica claro quando, por força dos atos institucionais 1,2 e 3, a sede da UECSA é tomada e fechada pela ditadura militar juntamente com grêmios estudantis. A entidade só foi reconstituída em 1986.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Até a apresentação da tese “O regime ditatorial militar no Amapá: terror, Resistência e Subordinação – 1964-1974”, do professor Dorival da Costa dos Santos, pouco se havia debatido, cientificamente, acerca do período no Amapá. Foi nele também que veio embutido alguns traços do que foi a atuação estudantil no período, em especial da UECSA. O relatório da Comissão Estadual da Verdade foi além, utilizando a história oral e colhendo os depoimentos dos estudantes superando a ausência de fontes no Estado.

Embora sejam trabalhos brilhantes e muito enriquecedores, a atuação da UECSA sempre fora posta às margens como uma entidade apoiadora do golpe e, logo, “traidora” da resistência ao regime. A minha tentativa aqui foi de trazer para o debate algumas razões desse apoio sempre tão vagamente mencionado. Não há a intenção de justificar, mas a intenção de superar uma utilização do passado que pode ter contribuído para a ausência de estudos aprofundados acerca do tema e, especificamente, da instituição.

Alio-me ao entendimento e da quase súplica de João Roberto Martins Filhos de não generalizarmos, nestes estudos, a atuação estudantil. A UECSA não teve sua constituição totalmente “revolucionária” e nem totalmente de apoio, e dificilmente alguma instituição estudantil terá. A maior parte das pesquisas dedicadas ao movimento estudantil aceitam afirmações genéricas que não resistem a análises aprofundadas (Martins Filho, 1987, p. 15).

O movimento estudantil no Amapá durante a ditadura militar no Brasil foi heterogêneo, e teve marcas ligadas ao território e sua constituição, ao poder, ao regionalismo, às classes e muitos outros aspectos que podem iniciar uma análise. Aqui considero, porém, que uma ala da UECSA, apesar de demonstrar apoio ao golpe em sua atuação, teve motivos muito contundentes e que merecem ser discutidos diante de uma perspectiva histórica não entregue às generalizações dos escritos apaixonados acerca do Movimento Estudantil no país

CONFLICT OF INTEREST

No potential conflict of interest is reported by the author(s).

FUNDING

There is no financial assistance in studies from external parties.

ACKNOWLEDGEMENT

N/A

REFERÊNCIAS

- Arns, D. P. E. (1985). *Brasil Nunca Mais*. Editora Vozes.
- Costa, A. S. M., & De Costa Silva, M. A. (2017). Novas Fontes, Novas Versões: Contribuições do Acervo da Comissão Nacional da Verdade. *Revista de Administração Contemporânea*, 21(2), 163-183. <https://doi.org/10.1590/1982-7849rac2017150101>
- Costa dos Santos, D. (2001). *O regime ditatorial militar no Amapá: Terror, Resistência e Subordinação – 1964/1974. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História*. Campinas, Brasil: Unicamp. <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/282047>
- François, E. (1987). Fécondité de l’histoire orale. *Les cahiers de L’HTP*, (4), 33-43.
- Garcia, M. L. R. (2003). *Geração Esperança*. Alfa-ômega.
- Gohn, M. G. (2011). Movimentos Sociais na contemporaneidade. *Revista Brasileira de Educação*, 16(47), 333-361. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782011000200005>
- Hobsbawn, E. J. (1998). *Sobre História*. Companhia das Letras.
- Lopes, G. E. (2014) *Ensaio de terrorismo: história oral da atuação do Comando de Caça aos Comunistas*. Editora Pontocom.
- Mesquita, M. R. (2006). *Identidade, cultura e política: os movimentos estudantis na contemporaneidade*. São Paulo.
- Marques, I. C. (2009). *Território Federal e mineração de manganês: gênese do Estado do Amapá*. Universidade Federal do Rio de Janeiro
- Martins filho, J. R. (1987). *Movimento Estudantil e Ditadura Militar: 1964-1968*. Papyrus.

- Napolitano, Marcos. (2011). O golpe de 1964 e o regime militar brasileiro: apontamentos para uma revisão historiográfica. *Revista Contemporânea: História y problemas del siglo XX*, 2(2), 209-217. <http://www.geipar.udelar.edu.uy/index.php/2017/05/06/ensayo-bibliografico/>
- Poerner, A, J. (1979). *O Poder Jovem. (2ª edição revisada e ampliada)*. Civilização Brasileira.
- Oliveira, A., & Rodrigues, R. (2009). *Amazônia, Amapá: escritos de história*. Editora Paka-Tatu.
- Rossanda, R. (1970). Les étudiants et la gauche révolutionnaire en Italie. *L'Homme et la Société*, (16), 201-217. https://www.persee.fr/doc/homso_0018-4306_1970_num_16_1_1288
- Secretaria do Estado da Comunicação. (2017). *Relatório Final da Comissão Estadual da Verdade do Amapá, & Francisco das Chagas Bezerra – Chaguinha*. Amapá Governo Do Estado. <http://www.cev.ap.gov.br/det2.php?id=3455>
- Rodrigues, R. (2009). A participação política dos estudantes amapaenses: da fundação da UECSA ao golpe de 64. In, A. Oliveira & R. Rodrigues (eds.). *Amazônia, Amapá: escritos de história*. Belém, Brasil: Editora Paka-Tatu.
- Sanfelice, J. L. (1986). *Movimento Estudantil: a UNE na resistência ao golpe de 64*. São Paulo: Cortez Editora. Editora Autores Associados
- Santana, F. (2007). *Atuação política do movimento estudantil no Brasil: 1964 a 1984*. [Tesis] Dissertação de Mestrado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paul <https://doi.org/10.11606/D.8.2007.tde-23012008-113411>
- Santos, F. R. (1998). *História do Amapá: da autonomia territorial ao fim do Janarismo 1943-1970*. Editora Gráfica “O Dia”.
- Silva, M. L. (2013) A ditadura da liberdade: um Brasil que 64 não revelou. Natal. In, ANPUH (Comp.). *Anais do XXVII Simpósio Nacional de História*. Brasil.
- Silva, M. L. (2017). O Território imaginado: Amapá, de território à autonomia política (1943-1988). [Tese Doutorado em História]. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade de Brasília.
- Silva, V. A. C. (1990). Regionalismo: o enfoque metodológico e a concepção histórica. In, M. L. Silva. *República em Migalhas: história regional e local*. Marco Zero.

AUTHOR

Marcella Vieira Viana. Mestranda em História pela Universidade de Brasília (UnB). Possui graduação em História pela Universidade Federal do Amapá (Unifap). Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil República e atua com os temas democracia, movimento estudantil e ditadura no Brasil.